

Velhice como intervenção nos modos de vida

Cleilson Teobaldo dos Reis ^I

Ana Lúcia Coelho Heckert ^{II}

Velhice como intervenção nos modos de vida

Resumo

Utilizando uma perspectiva cartográfica, é possível entender a velhice como enunciação de modos de vida disruptivos, provocando desvios e dobras na produção da realidade e colocando em questão os modos de fazer políticas públicas. Dialogando com narrativas de idosos de Vitória/ES, que, ao não aceitarem as intervenções da política de assistência social, e mesmo aceitando-as, provocam inversões nos procedimentos técnicos, interrogam verdades e anunciam outros caminhos, somos convocados a pensar como produzimos coletivamente a vida. Convocados a abrimo-nos à escuta e à experiência da diferença como aquilo que aponta para novas possibilidades, indagando a realidade como forma predefinida e definitiva.

Palavras-chave: Velhice; Modos de vida; Biopoder; Políticas públicas.

Elderly as intervention in the ways of life

Abstract

Using a cartographic perspective, it is possible to understand the elderly as the enunciation of disruptive lifestyles, causing detours and folds in the production of reality and questioning public policies. In contact with narratives of the elderly from Vitória/ES, which does not accept the intervention of social welfare policy, and even accepting it, cause reversals in the technical procedures and find off-the-beaten-truths and possibilities we are called to think about the ways we produce life collectively. We are called to open ourselves to the listening and to the experience of the difference as other ways of living our lives and questioning reality itself as it is.

Keywords: Elderly; Ways of life; Biopower; Public policies.

Velhice como intervenção nos modos de vida

Vejez como intervención en los modos de vida

Resumen

Desde un punto de vista cartográfico, es posible comprender la vejez como enunciación de disruptivas formas de vida, causando desvíos y pliegues en la producción de la realidad y poniendo en duda las formas de hacer políticas públicas. En diálogo con relatos de ancianos de Vitória/ES, que, al no aceptar intervenciones de la política de bienestar social, e incluso aceptándolas, producen cambios en los procedimientos técnicos, deshacen verdades y anuncian otros caminos, somos invitados a reflexionar acerca de los modos por los cuales producimos colectivamente la vida. Somos invitados a abrirnos a la escucha y a la experimentación de lo distinto como algo que apunta hacia nuevas posibilidades, indagando a la realidad como forma predeterminada y definitiva.

Palabras clave: Vejez; Estilos de vida; Biopoder; Política pública.

Introdução

Falar de velhice e de políticas públicas nos remete a escolhas fundamentais. Este artigo apresenta algumas reflexões resultantes de uma pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, intitulada Velhice como intervenção nos modos de vida, que focalizou a velhice e suas intervenções nos modos de vida instituídos. O desafio metodológico foi trilhar um caminho que desse passagem para velhices destoantes daquelas comumente encontradas em nosso contemporâneo, ora condenadas à imagem do sofrimento e da fraqueza, ora endeusadas pela pretensa jovialidade e pela luta contra o tempo. Velhices que anunciam modos de vida que se chocam, atravessam e interferem no cotidiano, e que nos permitem vislumbrar as produções de realidades, as produções de uma vida...

Tal escolha nos levou, durante a realização da pesquisa, a dialogar com idosos moradores do município de Vitória/ES, atentando para ouvir suas vozes mudas, vozes que anunciam modos de viver repletos de significados e de potência. Analisamos também relatórios técnicos produzidos em um programa desenvolvido dentro da Política de Atenção ao Idoso, ligado à Secretaria de Assistência Social daquele município. Relatórios que nos falaram sobre modos de intervenção da política de governo e modos de olhar e ouvir os idosos, suas histórias, suas vidas.

Nesses diálogos, deparamo-nos com recusas que cortaram a produção de realidade, provocando dobras, torções, desvios, mudanças. A partir do encontro com essas histórias e recusas, foi possível iniciar processos de análises a respeito das políticas implementadas pelo governo, em especial a política de assistência social e sobre o modo como construímos a vida.

As apostas fundamentais e o processo de pesquisar

Importa desde o início destacar que, nesse processo de compor de histórias e de caminhos, há, pelo menos, duas importantes apostas. Primeiro, na compreensão da vida como efeito de composições múltiplas e não estancadas em formas apriorísticas, delimitadas e endurecidas, por vezes fatalistas, e que insistem em confrontar opostos expressos em verdades binárias (o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, o bom e o ruim, o importante e o insignificante, etc.). Afirmamos a Vida feita de atravessamentos que nos desestabilizam, movendo-nos numa incessante produção e transformação de realidades, conforme indicam as formulações de autores como Deleuze (1997) e Foucault (2007). Ademais, apostamos na produção coletiva da vida a partir dos diversos encontros entre-seres, entre-mundos e entre-tempos que, ao dialogarem, afirmam diferenças e suscitam acontecimentos de **uma vida**, como tratado por Deleuze (1997). Uma vida que se atualiza nos sujeitos, que se singulariza e dá passagem à reinvenção e à constante constituição de diversos outros em si. **Uma vida** jamais individual, intimista e privada, mas múltipla e calcada na constituição coletiva dos sujeitos, pensada como vida singular imanente. Uma vida está em todos os lugares, em todos os momentos que atravessa esse ou aquele sujeito vivo e que mede tais objetos vividos: vida imanente levando os acontecimentos ou singularidades que só fazem se atualizar nos sujeitos e nos objetos. Esta vida indefinida não tem ela mesma momentos, por mais próximos que sejam uns dos outros, mas somente entre-tempos, entre-momentos (Deleuze, 1997, p. 18).

A pesquisa percorreu diversos caminhos até sermos enlaçados pela temática do envelhecimento e sermos encantados pelas histórias e pelas interferências dos idosos. Certamente, tais torções reforçaram nossa certeza de que o cotidiano não é cenário ou terreno estanque sobre o qual são travadas as batalhas de forças em conflito. O cotidiano é parte também dessa batalha, é território em expansão e em produção permanente, efeito das lutas que também produzem os sujeitos (Heckert, 2004). O cotidiano é embate de forças que se atualizam em formas as mais diversas, ora sistemáticas e organizadas, ora abrindo-se a novidades e às possibilidades de mudanças. Não que tais formas sejam mutuamente excludentes e incomunicáveis. Elas coexistem compondo os movimentos da vida, entendidos sempre como provisórios e mutantes, que são permanentes relações de poder (Deleuze, 1988).

Assim, tornou-se importante saber o modo como os sujeitos experimentavam o fazer da assistência social em seu cotidiano e como participavam desse fazer sendo (ou não) usuários da assistência social. Com isso, voltamo-nos para o diálogo com o modo de operar da política de assistência social a partir da escuta e da análise da vida cotidiana daqueles para quem ela se direciona. Não se tratava de avaliar os serviços e a eficácia da política de assistência social, mas de pensar o processo de produção da política e da vida dos sujeitos, com suas construções de verdades, conceitos e valores e suas afirmações de existência. Desse modo, objetivávamos ampliar as possibilidades de análise desse campo problemático que são as políticas sociais, e, mais especificamente, a política de assistência social, tentando dar visibilidade para os afrontamentos presentes nas formas de gestão da vida. Interessava à pesquisa enxergar os pontos de ruptura, as brechas no que se prescreve e formata, tudo o que difere e dá passagem para outras possibilidades expressas no próprio cotidiano da velhice.

Pautamo-nos, assim, na afirmação de Deleuze e Guattari (1996):

Toda sociedade, mas também todo indivíduo são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é

porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós - mas sempre uma pressupondo a outra. **Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica.** Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. Uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc. (Deleuze & Guattari, 1996, p. 90, grifo nosso).

Pensar as políticas como efeitos de produções molares e moleculares significa estar atento ao que se efetiva em termos de fazeres e saberes que ora tentam universalizar, serializar e totalizar a realidade, ora se fazem em meio à abertura para inventividade e inovações, para distorções e composições múltiplas. Assim, temos a macropolítica atuando no campo das molaridades, estabelecendo e valorizando padrões, modelos, dicotomias, formas muitas vezes enrijecidas, delimitando modos de vida apresentados como verdades a serem consumidas e reproduzidas; e temos a micropolítica atuando no campo das molecularidades, abrindo-se para aquilo que destoa, desestabiliza, foge às prescrições e alerta para possibilidades não encerradas em formas acabadas, finalísticas.

Pensamos então: como se dão as capturas? Como se dão as interferências entre os processos majoritários e minoritários? O que se passa no afrontamento entre essas forças, nos interstícios dessa luta, no confronto entre micro e macropolíticas? Tais perguntas surgem no esforço por não sucumbir aos totalitarismos que privilegiam determinadas formas de pensar e de viver em detrimento completo de outras, que incluem algumas possibilidades, mas excluem a vida como multiplicidade, conforme apontaram Deleuze e Guattari (1996).

É importante destacar que, como uma política, a assistência social jamais pode se reduzir meramente a um conjunto de programas ou ações, mas deve ser pensada também em seus efeitos produtores de subjetividade, em suas interfaces com outras políticas, em seus modos de operar junto aos grupos que acessam e aos que não acessam seus serviços, junto às comunidades, às instituições e à vida cotidiana. Por conseguinte, colocar em análise também o que se considera como contemplado pela política de assistência social, uma vez que, quando objetiva atingir a todos, ela contribui na composição de modos de vida (Brasil, 1993).

A produção do social e o biopoder

É importante, desde o princípio, ressaltar que a produção de uma política de assistência social direcionada para atender à universalização dos direitos sociais e a demandas fundamentais da população conecta-se a um processo histórico de emergência do social como objetivo e alvo das políticas, estas também construídas historicamente. Cabe, portanto, afirmar o social como produção histórica, longe de qualquer naturalização. Como pontua Castel (2008), produzido como discurso a partir do século XIX em função da necessidade de preencher o espaço entre a organização política e o sistema econômico e estabelecer os laços entre essas duas jurisdições. Tornou-se alvo de políticas de Estado como forma de mediar os conflitos gerados pela sociedade capitalista: o social seria então o lugar ocupado por aqueles que não encontraram seu lugar na estrutura de sociedade calcada no trabalho. Castel (2008) salienta que, apesar de o social ser formulado no século XIX, já se apresentava como lugar e objeto de intervenção do Estado bem antes, pois determinadas populações

eram excluídas não somente do trabalho, mas também da ordem familiar. Portanto, sujeitas à intervenção com vistas a sua melhor integração ao conjunto da sociedade: mendigos, loucos, crianças sem pais, velhos indigentes, pessoas com deficiência, etc. Com o discurso do social, portanto, estabelecia-se um processo de subjugamento e tutela, na medida em que era tomado como o fora da ordem e, conseqüentemente, sujeito a regulações e controle pela ameaça que representava à organização da sociedade. O que significou para o Estado assumir a responsabilidade de assistência aos que não tinham condições de controlar suas vidas por meios próprios ou considerados incapazes para a vida laboral. E inclusive atuar como intermediário entre a organização da sociedade trabalhista e a organização das famílias.

Seja porque os laços de sociabilidade primária se tornam mais frouxos, seja porque a estrutura da sociedade se torna mais complexa (...), o atendimento aos carentes constitui objeto de práticas especializadas. Assim, o hospital, o orfanato, a distribuição organizada de esmolas são instituições "**sociais**" (Castel, 2008, p. 57).

A esse social atrelou-se a produção da miséria como lugar da intervenção, como objeto que justifica a intervenção da máquina estatal, a fim de ser controlada, gerida, regulada. Tornou-se alvo de discursos, dentre eles o da assistência social. Necessário se faz, portanto, questionar a institucionalização desse lugar, forjado com a intenção de reforçar e reproduzir um modo de funcionar a sociedade, muito mais do que subverter ou romper com uma determinada lógica hegemônica. Oliveira (2010), em recente produção, discute como essa miséria produzida se configura como miséria necessária:

Talvez a assistência social tenha se subtraído justamente a possibilidade de atuar na lógica de produção desses lugares. Pois, se observarmos bem, os direitos que foram constituídos com muitas lutas nos cenários políticos nacional e mundial não mudam e não têm por finalidade mudar a produção de misérias como formas de vida, eles garantem a possibilidade de lutar por acesso a condições mínimas de viver. Em condições mínimas vive-se atualizando a miséria produzida pela lógica capitalista (Oliveira, 2010, p. 55).

O autor acrescenta, ainda, que a essa **miséria necessária** somam-se **profissionais do mínimo necessário para a sobrevivência da miséria**, fortalecendo a ideia de que práticas reprodutoras da subjetividade capitalista acabam por emudecer as lutas, até mesmo negá-las, o que em nada contribui para a transformação da situação de miséria. Cabendo, ainda, lembrar que a produção da miséria não se refere única e exclusivamente à falta de recursos financeiros e materiais, mas também a uma espécie de miséria subjetiva, modos de produção de subjetividade cada vez mais capturadores, cada vez mais cerceadores (Oliveira, 2010, p. 55).

Tal análise está diretamente relacionada ao modo como o capitalismo se desenvolveu, particularmente em nosso país. Por um lado, ele foi marcado por um acelerado desenvolvimento econômico, que lhe dá a característica de moderno e promissor, e, por outro lado, vem afirmando-se como perverso, produtor e reprodutor de desigualdades sociais e de relações de submissão e subalternação. Essa é, pois, uma marca fundamental do modo de funcionamento do sistema capitalista que faz conviver essas duas formas, estendendo os conflitos entre capital e trabalho para as relações cotidianas, para a produção de sujeitos e de realidades. O capitalismo não se detém apenas às regras de organização e orientação dos modos de produção econômica, mas invade os corpos, interfere nas relações entre os sujeitos, produz subjetividades e formas de existir (Guattari & Rolnik, 1996). Assim, impõe-nos a necessidade de dar

funcionalidade às relações entre seres (relações de trocas), criando subjugamento e categorização de indivíduos, controlando a vida social.

Foucault (1999a,1999b, 2008) nos ajuda a pensar os dispositivos atuais de controle, quando formula suas análises sobre o biopoder. Para esse autor, a sociedade contemporânea, principalmente a partir do século XIX, conjuga práticas disciplinares e práticas reguladoras na produção de realidades, na produção social. Apresenta uma análise da formação de uma sociedade marcada pela atuação de um poder disciplinador e normalizador não somente sobre o corpo e os comportamentos individualizados, mas, fundamentalmente, sobre a vida dos indivíduos, que passou a ser gerida, objetivada, regrada, tomada como população e como espécie. Trata-se de um novo funcionamento das práticas de poder, não apenas voltadas para o aprisionamento e disciplinamento dos corpos tomados individualmente, mas também para a afirmação de modos de vida, o estabelecimento de ordens e valores pretensamente organizativas do desejo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de população (Foucault, 1999b, p. 292).

Podemos afirmar que a sociedade disciplinar esquadrinha, divide e controla o corpo do indivíduo enquanto a sociedade contemporânea complementa a primeira, buscando estratégias para regulamentar a população e estabelecer normas para a convivência. Trata-se, então, de um **biopoder** como gestão da vida, um poder que se incumbiu do corpo e da vida, ou da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população. Modos de gestão da vida que se afirmam, ora a partir de estratégias disciplinares que incidem sobre o corpo, ora a partir de estratégias de controle sobre a população, sobre as espécies.

Foucault (1999b) alerta para o fato de, não por acaso, nesse momento, as sociedades passarem a se preocupar mais detidamente com elaborações estatísticas, dados demográficos, índices e taxas, condições gerais de saúde e higiene das grandes cidades, dados epidemiológicos, enfim, tudo o que poderia remeter à espécie e gestão da população em suas características gerais. Como desdobramento desse modo de operar das políticas, pautadas no **biopoder**, determinadas apropriações são realizadas, fazendo com que campos de saber e processos diversos sejam tomados como alvo das políticas de Estado, emergindo como tema privilegiado nas agendas políticas e nas produções sociais, a citar, o social e o idoso.

Reiteramos que a afirmação de políticas sociais em nosso país jamais foi resultado de uma benesse dos agentes públicos, tampouco significaram, a todo tempo, ganhos reais e efetivos para a população. Expressam, na verdade, o efeito das lutas e da hegemonia temporal e situacional de determinadas forças, com objetivos e conteúdos claramente demarcados. Isso nos adverte para, na análise de nossas produções cotidianas e dos modos de vida produzidos na contemporaneidade, considerar tanto as formas engendradas pelos mecanismos econômicos e políticos em suas complexidades quanto colocar em questão as possibilidades de sujeito que estão sendo viabilizadas e potencializadas. Considerar, ainda, a produção e a afirmação de toda política como efeito e resultado de composições diversas (Heckert, 2004), pois expressam intenções e vontades em jogo, orientando práticas e/ou discursos.

A assistência social e as políticas para idosos

Entendemos como fundamental colocar em questão aqui o modo como conceitos e ideais vêm sendo efetivamente assumidos pela máquina estatal e até que ponto têm se afirmado e constituído como política pública. O fato de a assistência social passar por um processo de organização e estruturação nos últimos 20 anos não garante que a forma como é apropriada pelo Estado, em suas diferentes instâncias, seja promotora de modos de vida éticos e afirmativos, a despeito da referência à princípios e diretrizes claros e bem formatados. Lancetti (1996), para citar um exemplo, nos ajuda a compreender o alcance do desafio de transformar as práticas da assistência social em ações efetivas de promoção de autonomia, libertação e protagonismo, sob o risco contrário destas se afirmarem como práticas de comiseração e de caridade (ao que comumente se chama de assistencialismo). Isso porque as prescrições dessa política podem perfeitamente viabilizar determinadas práticas e determinados modos de vida a serem privilegiados em detrimento de outras tantas possibilidades de existir que surgem no processo de produção da realidade. Assim, a gestão das vidas muitas vezes acaba por se balizar em perspectivas higienistas ou em uma manutenção do tolerável, em oposição ao desafio de enxergar as formas que irrompem e afrontam uma dada realidade.

Sentimo-nos especialmente instigados, pelo modo como, nos últimos tempos, vem se instituindo um discurso a respeito do idoso, como o idoso vem emergindo na pauta das políticas de Estado, tomado como população a ser tratada, cuidada, gerida. Capturas do biopoder? É o que passamos a analisar, pensando na constituição da velhice como um novo perigo no contemporâneo, como assinala Tótorá (2006). Perigo porque é destacado, cada vez mais, como grupo segmentado e diferenciado da sociedade, população a ser gerida. Perigo porque se torna alvo, tornando-se relevantes, passando a estar no foco de análise e de intervenções. Perigo porque assume modos de vida destoantes de modelos e padrões estéticos, higiênicos e produtivistas. Idosos que são um perigo e estão em perigo.

Nesse sentido, pensamos nos idosos como sujeitos que abalam a forma modelizada e higienizada de agir das políticas de assistência social, fazendo circular uma aposta ética que destoa da perspectiva moralizante das intervenções-padrão tão costumeiramente postas em jogo. Idosos que, com seus modos de vida, perturbam e provocam intervenções no modo de funcionar das políticas de Estado, em especial da política de assistência social.

Sobre biopoder e velhice

Temos observado hoje um discurso quase hegemônico a respeito do envelhecimento em nosso país. Dados demográficos e estatísticos são utilizados como referência e determinantes absolutos de análise, apontando para um suposto novo perfil populacional (em processo acelerado de envelhecimento), o que poderia justificar a necessidade de estabelecer formas inovadoras de gerir a vida na sociedade. Assim, os idosos passaram a ser **alvo privilegiado** das políticas de Estado, afirmando-se a necessidade de gerir essa população, de se estabelecer intervenções, discursos e controles que demarquem uma política de gestão dessa população, entendida como em risco ou em perigo (Berzins, 2003; Veras, 2003).

Entendemos, porém que cabe um olhar mais atento ao que se produz junto com essa longevidade populacional, até porque pouco nos importa apenas constatar o envelhecimento da população. Não é possível deixar de afirmar algo que muito nos chama a atenção: o modo como essa população vem sendo potencialmente visada e

como tem se tornado **alvo** das políticas de Estado, das pesquisas acadêmicas, das ações governamentais, etc. Que significado real assume dizer que a população idosa está aumentando? Que enunciados são produzidos a respeito do homem velho, do idoso? Que sujeito é esse que é produzido nesse enunciado? Como é que se estabelecem políticas de intervenção a partir deste sujeito velho enunciado? **Capturas** a céu aberto? (Deleuze, 1992).

Interessa-nos saber que modos de vida têm sido possíveis ou estão sendo permitidos, a qual modelo e modulações estão sendo submetidos, que tipo de acesso é possibilitado aos idosos, até porque o prolongamento da existência nem sempre vem acompanhado de uma vida cuidada e considerada em sua multiplicidade, mas sim de uma vida que se deseja consoante a determinadas formas controladas e monitoradas e circunscritas a elas. Torna-se necessário discutir e analisar os efeitos dessa produção hegemônica de discursos em relação à velhice, quase sempre vinculados a uma formatação da velhice como algo já pronto, como uma forma naturalizada e instituída, ao invés de pensar as práticas e atravessamentos que produzem e constituem a velhice.

Essa velhice é tomada, na maior parte do tempo, de forma tutelada, a partir de uma lógica do cuidado que retira do sujeito sua autonomia e liberdade e impõe regras prescritivas e padrões de vida formatados na lógica capitalista contemporânea. Consideramos que a discussão a respeito do envelhecimento passa, na maior parte das vezes, por uma perspectiva moralizante em busca de padrões. Mesmo quando se pauta numa perspectiva transdisciplinar, a velhice é capturada num determinado campo de análise como um dado, uma forma ideal, ainda que se transforme ao longo do tempo e dos espaços. A busca parece sempre ser de estabilização, ao invés de abordar o sujeito idoso em processo, mudança, pondo em xeque todo o jogo de relações que produzem a vida. O risco, nesse caso, é resvalarmos para certo relativismo no lugar de estabelecer um exercício transdisciplinar.

Nessa linha de pensamento, produz-se ainda o discurso do entendimento do idoso como sujeito de direitos, instaurando-se, assim, um novo regime de verdade que inscreve na realidade algo que até então não existia. Parece-nos, porém, que as intervenções propostas na perspectiva do sujeito de direito ainda se veem presas a um modelo rígido e endurecido, formatado pelos limites do discurso jurídico ou pela igualdade jurídica. O sujeito de direito, assim, constitui-se como um sujeito encerrado em si mesmo, definido *a priori* conforme os ditames dos regulamentos e preceitos. A justiça ou os regulamentos jurídicos produzindo a realidade, ditando verdades e normatizando modos de vida! Contrariando tal pensamento, entendemos que o sujeito não preexiste aos enunciados discursivos e às relações de poder, como nos alertou Foucault (1999b). Ele passa a existir como efeito de discursos, práticas e saberes. A partir disso, é possível questionar os modos de governar que estariam em jogo na produção do ser idoso. Nesse sentido, quais seriam as interferências do modo capitalista de produzir a realidade, ao investir sobre o corpo, sobre a saúde, sobre as condições de vida, enfim, gerenciando os riscos e a vida.

O processo de envelhecimento populacional, portanto, não deve ser tomado como etapa de uma evolução social, como em alguns discursos à luz das pesquisas e tabulações estatísticas. Mas, precisa ser pensado como efeito das lutas travadas na produção da realidade e, ainda, como um denunciante dos modos de relação estabelecidos na coletividade (Tótorá, 2008).

O que nos parece claro é que a velhice convoca a sociedade a não somente pensar a velhice como também a pensar fundamentalmente seu próprio processo de constituição. Colocam-se em discussão modos de vida, modos de produção de subjetividade, modos de gerir a vida, aspectos que as tecnologias de poder acabam por silenciar. As histórias que nos foram narradas e com as quais dialogamos na pesquisa falaram-nos de tentativas de fuga aos padrões e aos aprisionamentos de qualquer ordem e natureza, como num esforço extremo e, por vezes, radical por afirmar liberdades, subvertendo, inclusive, aquilo que comumente se estabelece como digno e saudável. Por isso, pensar que não somente a velhice está em risco, mas também se apresenta como perigo. Aqui, trazemos as contribuições de Beauvoir (1990):

[...] o sentido ou o não sentido de que se reveste a velhice no seio de uma sociedade coloca toda essa sociedade em questão, uma vez que, através dela, desvenda-se o sentido ou o não sentido de qualquer vida anterior. Para julgar a nossa coletividade, é necessário confrontar as soluções que ela escolheu com as que outras adotaram, através do tempo e do espaço. Essa comparação permitirá determinar o que a condição do velho comporta de inelutável, em que medida e a que preços poderiam ser amenizadas suas dificuldades e qual é, portanto, a parte de responsabilidade para com o idoso que se pode atribuir ao sistema no qual vivemos (Beauvoir, 1990, p. 16).

Lembramos Beauvoir para destacar o que ela chamou de **inelutável** na condição de velho. Se entendermos o termo como aquilo contra o qual não se luta, aquilo que se constitui como invencível, podemos pensar a velhice também sob o olhar da potência, da força, da criação. A autora não deixa de pontuar sobre a responsabilidade de todo o corpo social para com a produção da velhice, inclusive referindo-se às suas mazelas e misérias. E afirma a velhice não apenas como resultado finalístico carregado de julgamentos de valor, mas como produção permanente. A esse respeito, Deleuze (s/d) também nos fala:

O que é terrível na velhice? Não é brincadeira. É a dor e a miséria. Não é a velhice em si. O que é patético, o que torna a velhice algo triste são as pessoas pobres que não têm dinheiro para viver, nem um mínimo de saúde necessário e que sofrem. Isso é que é terrível. E não a velhice! A velhice não é um mal em si. Com dinheiro suficiente e um mínimo de saúde, é formidável. E por que é formidável? Primeiro, porque, na velhice, sabe-se que chegou lá. O que é muito! Não é um sentimento de triunfo, mas chegou lá. Chegou lá em um mundo cheio de guerras, de vírus malditos e tudo o mais. Mas conseguiu atravessar tudo isso, os vírus, as guerras e todas estas porcarias. Esta é a hora em que só há uma coisa: ser! O velho é alguém que é. Ponto final. Podem dizer que é um velho rabugento, etc. Mas ele é. Ele adquiriu o direito de ser (s/p).

Pensamos que talvez seja isso que provoca e que esteja tornando a velhice um perigo para a sociedade, para as políticas sociais, uma vez que fogem às prescrições e exigem mudança de procedimentos e de intervenções, subvertem lógicas pré-formatadas e pré-acabadas, desencadeiam poderes e fazem ecoar dispositivos de análises e tecnologias de poder até então ausentes. Daí, serem os idosos um risco, um perigo e, por que não dizer, uma ameaça. Ameaçam a lógica do controle, uma vez que se negam a aceitar as prescrições e os ditames de regimentos preestabelecidos; ameaçam a segurança da representação, na medida em que afirmam modos de vida díspares em relação ao que as políticas e propostas de intervenção idealizam; ameaçam as políticas de resultado, quando impõem outro ritmo e outra dinâmica às relações entre os sujeitos; ameaçam a certeza das organizações, com seus procedimentos higiênicos e bem encadeados, quando apresentam outro tipo de relação com o corpo (seu e do outro), com os espaços, com o tempo, com a vida.

Somos levados, então a pensar em um fio da navalha fundamental: os velhos estão em risco ou são um risco? Ousamos afirmar que o fio da navalha expressa uma conectividade entre esses polos muito mais do que uma separação/oposição. Estão em risco e são um risco! Caso estejam em risco, seria em função de uma produção histórica das situações que constituem esse risco. Pensar em intervir sobre os idosos, estabelecer políticas de controle para administrar os riscos só faz camuflar aquilo que produziu os riscos. Não há proposição para interferência nos fatores produtores de risco, naquilo que produz os riscos. Mas não faltam proposições de interferência sobre quem sofre os riscos.

[...] Parece mais fácil e mais realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico enquanto que o controle do processo exige um tratamento político (Castel, 1977, p.30).

Não que precisemos exatamente julgar a nossa coletividade, como afirmou Beauvoir (1990), mas se faz necessário problematizar, abrir a discussão a respeito dos nossos modos de funcionamento e do que se produz cotidianamente em termos de valores e de modos de relação na sociedade. O envelhecimento questiona a sociedade nas relações que se estabelecem com a cultura, com a família, com as instituições, com a produção do saber, com os espaços, com o tempo, desafiando a pensar de outra maneira nosso modo de estar no mundo, nossas referências (trabalho, lazer, sexualidade, afetividade, relação com o corpo, etc.), enfim, nossa constituição como seres sociais e coletivos. Da mesma forma, problematiza as políticas de gestão das cidades e as políticas de gestão do público. Esse é o perigo a que a velhice parece nos expor, pois fazer isso é abrir-se ao risco de mudar, ou melhor, de transmutar valores, conceitos, paradigmas, ao que nem sempre estamos dispostos.

Pensamos, assim, que o mais apropriado seria pensarmos na velhice sob o viés do sujeito ético! O sujeito que se faz produção constante, analisando as relações de poder, novos diagramas de forças para além daquelas que disciplinam, controlam, capturam e formatam. É um sujeito que afirma o processo permanente de produção de si, por meio de regras facultativas, mutáveis. Um sujeito que resiste!

Resistir é um experimento irreduzível a qualquer projeto de bem-estar, melhoria do homem ou da sociedade, pois tem sido isso justamente o que a história passada e presente vem largamente apregoando, seja na forma de experiências de seus protagonistas, seja através de seus profetas. Resistir é abrir-se ao ilimitado do devir. Amor fati! Seja esse o único destino, longe de qualquer tentação de projetos edificantes ou emancipatórios da humanidade (Tótoro, 2006, p. 249).

A informação, portanto, sobre o crescimento da população idosa e a proposição de políticas de gestão dessa população, ainda que sob o discurso de proteção aos riscos da exclusão social, só tem valia na medida em que venha acompanhada de indagações sobre os modos de produção da vida do ser idoso, não na perspectiva da apropriação e do controle, mas dos embates de forças produtores do real. Nas palavras de Foucault (2007),

[...] façamos cair a máscara, descubramos as coisas tal como elas se passam, tomemos cada um de nós consciência disso que é realmente a sociedade na qual vivemos e do processo econômico no qual nós somos inconscientemente os agentes e as vítimas; tomemos consciência dos mecanismos de exploração e de dominação etc., [...] (Foucault, 2007, pp. 286-287).

Ouvir a história dos idosos, seus discursos e produções em muito poderia contribuir para a compreensão dos modos de fazer política de assistência social. Igualmente, sobre a forma como tal política atravessa seu cotidiano no que diz respeito às políticas que se pretendem e se propõem a garantir direitos sociais e oferecer aos cidadãos condições dignas de vida e de participação social.

Por onde andam as políticas públicas -cartografias...

Eis um desafio para as políticas públicas. Naquilo que legisla para todos (**para quem dela necessitar** é a destinação da política de assistência social), carece de ser pensada na abertura para o que se passa fora das prescrições, fora da média, imprevisível. Falar de um sujeito usuário da assistência não pode remeter unicamente a um sujeito padrão, universal, abstrato. Essa é a prática das políticas de Estado, aquelas que se ocupam das maiorias numéricas, serializadas, fechadas para o que difere. Uma política que se quer efetivamente pública deve estar disposta a rever os procedimentos, criar novas práticas, problematizando o fazer cotidiano e tecendo novos movimentos de vida (Benevides & Passos, 2005).

Falamos, assim, de sujeitos que vivem, produzem o cotidiano e são atravessados pelas produções do coletivo, não necessariamente em conformidade com formas estabelecidas, normatizadas e sobre as quais se constroem expectativas tais como o prescrito nas definições da política de assistência social (Brasil, 1993). Na verdade, perguntamo-nos sobre o modo como os sujeitos subvertem a própria lógica capitalística de produção de subjetividade e inventam outras formas de vida, outras formas de resistência e outras subjetividades. Pelbart (s/d) nos ajuda a interrogar sobre tais produções, indicando que

[...] seria preciso perguntar-se de que maneira, no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade que é a cidade contemporânea, indivíduos e coletivos produzem subjetividades singulares, percepções outras, sensibilidades inusitadas, modalidades raras de se agregar, de criar sentido, de trocar experiências, de inventar dispositivos expressivos, de operar sua memória, de celebrar ou de resistir às injunções hegemônicas. Num capitalismo conexcionista, que funciona em rede, como se viabilizam outras redes que não as do capital, autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes? E que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? De que recurso dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de transitar pela esfera do invisível, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer ou a dor? (p.3).

Assim, muito mais do que pensar a política de assistência social como prática e campo teórico, técnico e jurídico estabelecido, a pesquisa que realizamos direcionou-se para os efeitos do jogo de forças que produzem essa mesma política desenvolvida no município de Vitória/ES, bem como para os desvios provocados pelas recusas dos sujeitos às suas ofertas e programas. O desafio passou, então, a ser compreender essa política como uma forma de intervenção nos processos sociais e coprodutora de processos de subjetivação, afirmando e potencializando e, ao mesmo tempo, contestando e contrapondo-se às interferências dos sujeitos em seu modo de funcionar.

São, portanto, essas subversões que passaram a ganhar maior interesse no estudo desenvolvido. Compreender como os idosos criam e vivem estratégias para lidar com o cotidiano, recusando as formas tradicionais de intervenção da política de assistência social implementada no município, ainda que atravessados continuamente por elas. Há que se pensar como as políticas voltadas aos idosos têm dialogado com as experiências desses sujeitos, o que entendemos somente ser possível na medida em que nos abrimos à pluralidade e à escuta como [...] modo de compartilhamento de experiências (Heckert, 2007, p. 211).

Eis que, com suas histórias, os velhos de Vitória inquietam e provocam torções e dobras nas práticas não somente da assistência social, como do próprio fazer pesquisa/fazer ciência. De fato, não as histórias em si, narradas e partilhadas em letras e palavras, mas o que elas provocam e aquilo que elas causam de desassossego. Muito mais o que se evidencia de impasses e afrontamentos dos seus entre-encontros com a política de assistência social e com a pesquisa acadêmico-científica. É esse olhar cartográfico que nos impulsiona a fazer a história das lutas e não a descrição de fatos em nome de uma objetividade científica (Tótorá, 2004, p.235). Acompanhar os processos e colocá-los em análise, percebendo seus modos de constituição, seus atravessamentos e seus efeitos muito mais do que preocupar-se com a apresentação de resultados representacionais que desvendem verdades e solucionem problemas. O que se propõe é afirmar outras perguntas, inventar problemas que estejam atentos a muitas verdades e à produção de realidades sempre abertas a intervenções e interferências, constituindo o que compreendemos ser uma pesquisa-intervenção (Heckert & Passos, 2009). Exercitar a atenção aberta, a atenção cartográfica, que permite que os dados sejam construídos no processo e não coletados como representação do que quer que seja (Kastrup, 2007). Apoiamo-nos no convite feito por Lavrador (2006) para que consigamos dar passagem para o novo e criar formas diversas de realidade e de modos de vida no decorrer da realização de uma pesquisa:

Abrir frestas no caos e traçar planos de composição para dar visibilidade às sensações intensivas, para permitirmo-nos senti-las. Tornar a força insensível sensível. Corpos abertos às sensações singulares. Essa potência estética de sentir faz parte da criação do existente, faz parte da própria vida (Lavrador, 2006, p.40).

Por acreditar no inusitado, na emergência de possíveis e na produção humana permanente e infundável, apostamos que os idosos também compõem e alimentam a vida como uma obra de arte, tal como apontou Foucault (1983):

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (Foucault, 1983, p. 15).

Velhice como intervenção nos modos de vida

Ouvindo as várias histórias de velhos, foi possível perceber as batalhas e o jogo de forças que atravessam **uma vida**, que cada vez mais se potencializavam colocando questões em relação aos interesses, aos modos de existir, às formas de gestão da vida e formas de lidar com o saber. Nossa intenção/intensão foi tentar entrelaçar linguagens, dialogar com as diferenças, ouvir os sons destoantes e dissonantes, tocar as paredes ausentes, a fim de dar passagem e compreender quais são os seus movimentos e os seus clamores, quais os ecos e os [...] rancos surdos das batalhas

[...] (Foucault, 1983, p. 269) travadas no cotidiano. Lembrando que diferença é aqui entendida não como diferença individual, em termos de o diferente de, o que difere de mim. Mas, tomada como a diferença como tratada nas trilhas de autores como Deleuze e Guattari (1996), ou seja, o plano das forças que efetua estranhamento e decomposição de modos instituídos.

Percebemo-nos dialogando com histórias de idosos, menos sob o viés da totalização, da formatação de modelos e, ainda, problematizando entre-encontros de **uma vida** por meio de histórias narradas. Transitando e deixando-se afetar por territórios existenciais múltiplos, compostos por casas, quintais, paredes, memórias, cheiros, subjetividades, etc., buscamos enxergar essa interface entre idosos e suas histórias e a política de assistência social, tentando não nos prender a maniqueísmos e binarismos modelares sobre o que pudesse ser considerado como certo ou errado, como real ou ideal, como bom ou ruim. Antes, pensar que esse interstício permite ver lutas pela vida, falando dos idosos **E** da política de assistência social como componentes da realidade produzida, tentando fugir às idealizações de um ou de outro.

Pensamos no modo como conectar histórias dos idosos, multiplicidade e política de assistência social, afirmando-nos como parte desse processo. Pudemos ver, ao longo do trabalho de pesquisa realizado durante 10 meses junto aos idosos, que as histórias contadas não somente falavam da aceitação ou não das intervenções da assistência social, tomada como ponto factual e ocasional. Mas, as histórias colocavam em jogo, também, as relações de forças que compõem, além desta pesquisa, o modo de pensar e fazer políticas de pesquisa, o modo de pensar e fazer políticas públicas, o modo de pensar e fazer o próprio caminhar da vida, tudo como parte de nosso estar no mundo como sujeitos éticos e políticos.

Nas diversas interlocuções com o campo de pesquisa, o que mais nos marcou foi o modo como os idosos afirmam potência e vontade de viver, ainda que nosso olhar costumeiramente carregado de prescrições e verdades insista em voltar-se muito mais para as marcas de agruras e sofrimentos. Em meio àquilo que julgamos como condições insalubres de higiene, habitações precárias e mal conservadas, histórias de violência e abandono, saberes produzidos como estratégias para a reinvenção da vida e histórias de luta, de afirmação da dignidade, de gritos silenciosos por liberdade ficam, muitas vezes, invisibilizados, emudecidos, inodoros (Baptista, 2001).

O exercício a que fomos convocados foi ouvir os gritos dos sujeitos idosos para além daquilo que nossa escuta e nosso olhar prescritivos conseguem alcançar. Dialogar com as histórias a fim de perceber que políticas estão sendo postas em jogo, que passagens estão sendo permitidas, que sujeitos estão sendo produzidos. Ouvir o que preenche as frestas das paredes, o que recobre o chão batido, o mundo de significados que povoa aqueles territórios existenciais.

Nossos diálogos com as histórias contadas e as análises a partir daí produzidas permitem-nos enxergar recusas não apenas como uma negação em relação às mudanças propostas, ou como resistências contrárias a intervenções técnicas, mas, antes, como resistência ativa. Como processo de afirmação de modos de existir que falam de uma produção histórica e coletiva, atravessada por tantas intensidades, tantos significados, tantos possíveis em tempos e espaços diversos, entrecortados por produções de subjetividade que marcam e compõem histórias. O que cada recusa encerra, em termos de produção histórica? Que saberes são elaborados pelos idosos

para lidar com o seu cotidiano? Como esses saberes se chocam com nossos saberes instituídos e especializados? Esse é o afrontamento!

A partir das contribuições de Foucault (1999a), falamos de uma nova relação de poder, outro diagrama que não o das formas disciplinares ou de controle, produtor de um determinado sujeito padrão, ainda que sob o rótulo de sujeito de direito. Falamos de uma política feita por acontecimentos, conforme assinalou Deleuze (1988), em que o sujeito se produz e se diferencia continuamente como um sujeito ético. O desafio é deixar de tomar a velhice, os velhos como risco e em risco, sujeito passivo à intervenção. A provocação que o idoso traz é mostrar-se como sujeito possível, sujeito afirmativo, sujeito que produz realidade, que denuncia regimes de escravidão e anuncia transformações.

As análises aqui colocadas convocam a pensar em nossa implicação na produção da realidade como pesquisadores e produtores de saber, sujeitos protagonistas da vida. Em outras palavras, os idosos afirmaram dobras que tecem modos de vida e que nos fizeram pensar também nas dobras que tecem as políticas de assistência social, nas dobras que tecem as práticas de pesquisa, nas dobras que tecem uma existência ética.

Referências

Baptista, L. A. S. (2001). A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In I. M. Maciel, (Org.). *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação* (pp. 195-209). Rio de Janeiro: Ciência Moderna.

Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. 2. ed. São Paulo: DIFEL.

Benevides, R & Passos, E. (2005). A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (3), 561-571.

Berzins, M. A. V. S. (2003). Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 24 (75), 19-34.

Brasil. (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 8 dez. 1993.

Castel, R. (1977). As armadilhas da exclusão. In L. Bogus et al. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. (pp. 15-48). São Paulo: EDUC.

Castel, R. (2008). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Deleuze, G. (1988). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In G. Deleuze, *Conversações* (pp. 219-226). São Paulo: Ed. 34.

Deleuze, G. (1997). A imanência: uma vida... In J. Vasconcellos & E. A. da R. Fragoso. (Orgs.). *Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência* (pp. 15-19). Londrina: UEL.

Reis, C. T., Heckert, A. L. C.

Deleuze, G. (s/d). *O abecedário de Gilles Deleuze*. Disponível em: <http://www.oestrangero.net>. Acesso em 23 de fevereiro de 2009.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Foucault, M. (1983). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1999a). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1999b). *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2007). Do governo dos vivos. *Verve: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*, 12, 270-289.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Heckert, A. L. C. (2004). Narrativas de Resistências: educação e políticas. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 304 pp.

Heckert, A.L.C. (2007). Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In R.Pinheiro&R. Mattos (Orgs.). *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor* (pp. 199-212). Rio de Janeiro: CESTEH/IMS/ABRASCO.

Heckert, A. L. C. & Passos, E. (2009). Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In M. E. B. Barros, S. Carvalho & S. Ferigato (Orgs.). *Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade* (pp. 376-393). São Paulo: HUCITEC.

Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Revista Psicologia & Sociedade*, 19 (1), 15-22.

Lancetti, A. (1996). *Assistência social e cidadania*. São Paulo: Hucitec.

Lavrador, M. C. C. (2006). *Loucura e vida na contemporaneidade*. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, 194pp.

Oliveira, C. M. C. de. (2010). *Atenção básica na assistência social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, 140pp.

Pelbart, P. P. (s/d). *Exclusão e biopotência no coração do império*. Disponível em: <http://www.cedest.info/Peter.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2008.

Velhice como intervenção nos modos de vida

Tótora, S. M. C. (2004). Devires minoritários: um incômodo. *Verve: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*, 6, 229-246.

Tótora, S. M. C.(2006). Democracia e sociedade de controle. *Verve: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*, 10, 239-261.

Tótora, S. M. C. (2008) A vida nas dobras... As dobras da velhice. *Revista A Terceira Idade*, 19 (43), 27-38.

Veras, R. (2003). A longevidade da população: desafios e conquistas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 75, 5-18.

Submetido em: 29/10/2011

Revisto em: 23/05/2012

Aceito em: 12/02/2012

Endereços para correspondência

Cleilson Teobaldo Dos Reis
cleilson.teoreis@gmail.com

Ana Lúcia Coelho Heckert
anaheckert@uol.com.br

^I Mestre em Psicologia Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória. Espírito Santo. Brasil.

^{II} Docente. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória. Espírito Santo. Brasil.